

LUTAS E AS CONQUISTAS DAS FEMINISTAS BRASILEIRAS ENTRE AS 1ª E 4ª ONDAS: UM APARENTE CENÁRIO PARA O INÍCIO DO 5º MOMENTO

Jeferson Deleon Fávero

Doutorando em Ciências Contábeis e Administração – FURB
jeferson_deleon@hotmail.com

Péricles Ewaldo Jader Pereira

Doutorando em Ciências Contábeis e Administração – FURB
peckjader@gmail.com

Estelamaris Reif

Mestre em Ciências Contábeis – UNIASSELVI
estelamarisreif@gmail.com

RESUMO

Este ensaio teórico é produto de uma reflexão acerca das Ondas Feministas Brasileiras e as lutas das mulheres por direitos isonômicos em relação ao homem. A investigação tem por objetivo identificar quais impedimentos ainda tornam a mulher desigual perante o homem nas áreas relacionadas a questões econômicas, sociais e políticas. Esta discussão estimula reflexão frente as conquistas feministas durante os últimos 200 anos no Brasil, e que, conseqüentemente geram dúvidas em direção a uma suposta 5ª Onda. À luz dessas considerações, é evidente a desigualdades entre os sexos em diversas áreas como a profissional, acadêmica, social e política. Detalhe, o estudo indica que as mulheres ainda estão com seus direitos encarcerados, independentemente de suas conquistas temporais. As Ondas Feministas Brasileiras contribuem para a discussão no que tange a igualdade humana, e que, apesar das conquistas da classe feminista, vê-se que novas ações devem ser iniciadas, não podendo as mulheres, aconchegarem-se apenas com os direitos já conquistados. Conclui-se a partir deste estudo que novos elementos sobre o momento feminista brasileiro devem ser adicionados e pesquisados, a fim de que a mulher se coloque, por direito, como uma real figura da sociedade.

Palavras chaves: Lutas; Conquistas; Feministas; Igualdade.

1 INTRODUÇÃO

O movimento feminista tem apresentado características peculiares e de avanço ao passar dos anos. Esse movimento, também conhecido como as Ondas Feministas devem ser levadas em consideração para entender e discutir a história da luta das mulheres por direitos iguais, bem como seus momentos e conquistas.

Diversas mulheres ao longo da história são tidas como referências e demarcam suas conseqüentes ondas. A francesa Olympe de Gouges (1748-1793), considerada pioneira do feminismo, lançou a Declaração dos direitos da mulher e da cidadã contestando o domínio masculino e buscando igualdade social e política (BONACCHI;

GROPPI, 1995). Sua petulância, para época, custou-se a vida, sendo guilhotinada em 1793 (ALVES; PITANGUY, 2017; CAMPOI, 2011).

Outra feminista importante foi a britânica Mary Godwin Wollstonecraft (1759-1797) a qual utiliza a escrita para retratar os direitos feministas (ALVES; PITANGUY, 2017). Em 1792 Wollstonecraft escreve em sua principal obra: *A Vindication of the rights of woman*. A obra era dedicada aos homens que possuíam pensamentos retrógrados quanto à educação feminina e à emancipação das mulheres (CAMPOI, 2011; CORRÊA; PEDRO, 2017).

A história nos traz que a classe feminina tem lutado constantemente para alcançar sua plenitude no espaço social, político, organizacional e acadêmico (ALVES; PITANGUY, 2017; DA SILVA, 2007). Contudo, a mulher tem sido (em muitos contextos ainda é), tratada como dependente do homem, promotora dos deveres domésticos e uma responsável pela reprodução de filhos e filhas (ZIRBEL, 1998; MAY, 2004).

Toda essa dependência preconceituosa feminina é tratada, segundo Jaggar (1983) e Sydie (1987), devido aos vieses emocionais identificados na figura da mulher, diferente dos homens, considerados seres racionais. Nesse mesmo sentido, Tong (1989) esboça em sua Teoria Feminista que as mulheres não eram pessoas do mundo público. Ou seja, não tinham espaço social para participar de atividades de toda e qualquer natureza, apenas para ser dona de casa, reprodutora de filhos e entre outras atividades domésticas e conjugais (ZIRBEL, 1998). Absurdamente, esse preconceito era justificado pelo homem, citando que a mulher não possuía a capacidade de ser razoável, de raciocinar e tirar suas próprias conclusões (MAY, 2004; ZINANI, 2009).

Nesse sentido, a luta pela igualdade das mulheres perante os homens continuou avançando ao longo do tempo, visto que sempre havia (e ainda há) feministas se rebelando contra sua condição de vida social, lutando por liberdade e muitas vezes pagando um alto preço por seu posicionamento (ZINANI, 2009). No Brasil, esse cenário não é diferente. Mulheres brasileiras batalham por seu espaço na sociedade e, em menor proporção que o desejável, conseguem esboçar avanços em diversas áreas. Essas conquistas femininas são tratadas neste ensaio teórico através de épocas, aqui intituladas como Ondas Feministas Brasileiras.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Na década de 1820 (1ª Onda) a maioria das brasileiras viviam enclausuradas em suas casas com exclusividade doméstica e matrimonial. Contudo, em 1827 quando a primeira escola para o sexo feminino foi aberta, novos horizontes apareceram, e a figura da mulher começa a se mostrar modestamente diferente, ao entrar em fase de escolarização, provando que possuía potencial para se alfabetizar (MUZART, 1999; DUARTE, 2003).

Apesar da conquista feminina ter acontecido lentamente e com muita resistência por parte dos homens, a mulher sonhava e desejava fazer parte de verdade da sociedade. Em 1870 (2ª Onda) aproximadamente, já existiam mulheres diplomadas e escrevendo

colunas de jornais com viés crítico eleitoral. Tais publicação possuía fortes críticas contra as tradições machistas, novidades da moda, mas enfaticamente pelo direito do voto (CASTANHEIRA, 2010; SANT'ANNA, 2006).

Conquistado o direito de estudar, de se graduar, bem como de ter angariado o direito eleitoral, a partir de 1920 (3ª Onda) as mulheres brasileiras se organizaram como nunca visto, e buscaram o direito de cidadã. Assim, segundo Costa (2005) e Matos (2010) o direito não só de votar, mas de trabalhar em comércios, indústrias, hospitais e entre outros lugares estavam aflorando e se tornando realidade (ALVES; PITANGUY, 2017). Em 1927, um abaixo-assinado feminista pelo direito ao voto, chegou como Projeto de lei ao senado brasileiro. Apesar de não ser aprovado neste mesmo ano, devido as constantes pressões da ala machista e conservadora, tornou-se lei em 1932 ao ser promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro (PINTO, 2010; CAETANO, 2017).

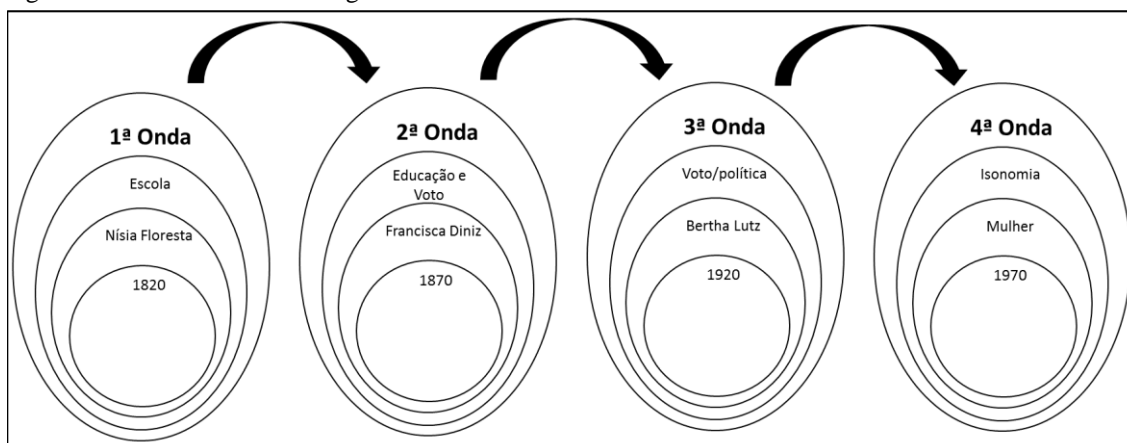
Na Quarta Onda podemos considerar como o momento de glória para a classe feminina. Vimos de, 1975 se tornar Ano Internacional da Mulher (Barsted, 2001) ao ano de 2010 apresentar ao povo brasileiro a primeira mulher presidente eleita democraticamente. Na década de 1980 conquistas femininas aparecem como prefeitas, governadores e senadoras (DUARTE, 1998; 2003; SIQUEIRA, 2015). Na área acadêmica, no final dos anos 1980 o contato com as obras desenvolvidas pelas mulheres apresenta credibilidade nacional e internacional e ganhando robustez intelectual (LETA, 2003; CASTANHEIRA, 2010).

No meio social, segundo Duarte (2003) e Costa (2005), apesar de muita resistência e ridicularização masculina, as feministas uniram-se e conquistaram melhores condições de vida. Pinto (2003) e Matos (2010) citam que o planejamento familiar e o controle da natalidade se tornaram parte da realidade da mulher, inclusive como políticas públicas.

Segundo Duarte (2003), as ondas feministas brasileira atravessaram várias épocas e conquistas que são distribuídas em quatro momentos distintos e separados por cinquenta anos em cada um deles: 1820, 1870, 1920 e 1970. Nesses momentos, identificamos organizações feministas que romperam barreiras de intolerância masculina e abordaram a evolução das conquistas desta classe.

Para facilitar o entendimento deste estudo apresentamos a Figura 1 que resume os momentos dessa alavancagem feminista. A Figura está organizada por Onda, pela principal conquista, pela principal atriz brasileira da época e pela divisão temporal entre cada Onda.

Figura 1: Histórico da Alavancagem Feminista Brasileira.



Fonte: dos autores

Notamos que a evolução entre as Ondas Feministas é perceptível, porém segundo Duarte (2003) ainda se identifica preconceitos e barreiras a serem rompidas pela classe feminina. Nesse sentido, temos como pergunta de pesquisa, identificar **quais** impedimentos ainda tornam a mulher desigual perante o homem nas áreas relacionadas a questões econômicas, sociais e políticas?

Para responder esta pergunta de pesquisa nosso objetivo é discutir as quatro Ondas Feministas Brasileiras que trouxeram conquistas às mulheres e quais impedimentos ainda tornam a mulher desigual perante o homem nas áreas relacionadas a questões econômicas, sociais e políticas. Para atingir tal objetivo, inicialmente abordamos as quatro Ondas Feministas do Brasil identificando as principais atrizes, épocas, conquistas e contextos. Em seguida, tratamos as considerações finais, bem como a discussão em torno da pergunta de pesquisa e um consequente aparecimento da quinta Onda Feminista Brasileira.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 A 1ª Onda Feminista – 1820: Quero entrar na escola – século XIX

Consideramos que a primeira onda feminista brasileira surgiu no século XIX. Nesta época, aconteciam poucas e desorganizadas reivindicações feministas pelo reconhecimento de direitos humanos (educação, políticos, sociais e econômicos), uma vez que, as mulheres eram consideradas legalmente subordinadas ao homem (BONNICI, 2007; TELES, 1993). Toda essa movimentação de classe, segundo Siqueira (2015), foi desencadeada em outros países, principalmente, pela Primeira Grande Guerra Mundial e consequentemente pela Revolução Industrial de 1850.

Sabemos que nesta mesma época no Brasil a maioria das mulheres viviam enclausuradas em suas residências com seus respectivos afazeres domésticos. Contudo, paralelo a esses acontecimentos internacionais, em 1827, a primeira onda tomava força e sofria sua metamorfose, com a mulher se vendo de forma diferente, frente a abertura de

poucas escolas para o gênero feminino no estado brasileiro (HAHNER, 2011; TELES, 1993).

Duarte (1998; 2003) e Hahner (2011) entendem que esse processo de escolarização se iniciou principalmente com escolas públicas femininas (antes permitidas e praticadas com homens) em poucas opções de conventos, que tinham como objetivo real, guardar as meninas ao matrimônio. Ressaltam as autoras, que raras eram as escolas particulares nas residências de professoras ou ainda, com um método de ensino individualizado que funcionavam rotineiramente.

Todo esse endurecimento e dificuldade de acesso à escolarização, segundo May (2004) e Zirbel (1998) refere-se a como as mulheres eram vistas na época. Toda mulher era percebida como esposas, mãe e dona de casa, mas não uma pessoa com direitos civis institucionalizados (direitos próprios). Nesse sentido, o trabalho, a independência, o voto e etc., eram considerados elementos fora do status quo percebido pelo marido e pela sociedade masculina (CÁLAS; SMIRCICH, 2006; MAY, 2004). Pelo contrário, era normal a mulher ser rejeitada, tratada como objeto, dependente do homem, tida para casar e responsável pela reprodução de filhos (MAY, 2004).

Nesta primeira onda as mulheres eram tão subordinadas e coadjuvantes que a sociedade masculina considerava as mulheres pessoas sem capacidade de ser razoáveis (ZIRBEL, 1998). Ou seja, sem a capacidade de pensar e chegar a uma conclusão, independente do assunto em questão, seja frente a aspectos sociais, políticos ou acadêmicos (SYDIE, 1987). Jaggar (1983) cita que as mulheres eram seres emocionais, não sendo capazes de pensarem e proverem a si mesmas. May (2004) argumenta que a mulher ao se colocar obrigatoriamente como subalterna representava um posicionamento ético por parte dela perante os homens. Todo esse contexto, era o que perturbava a classe feminina, visto que o julgamento sofrido pelas mulheres era percebido pelos homens como uma forma natural de se viver.

Como mencionamos a escolarização feminina foi uma vertente crucial para iniciar a primeira onda feminista no Brasil. E foi por meio da educação que a luta por direitos que a essa classe conseguiu ganhar espaço na sociedade. O embate foi provar ao homem que elas sabiam ler, escrever, publicar livros, bem como demonstrar que a opinião do homem ao dizer que mulher não necessitava saber ler nem escrever, estava completamente equivocada. Muzart (1999) afirma que só pelo fato da mulher sair de sua trincheira doméstica já considerava-se subversão ao homem, e isso aumentava quando mostrava que ela podia pensar, agir, escrever e publicar de forma menos dependente.

A primeira mulher brasileira a tomar a decisão em defender a classe feminista foi Dionísia Gonçalves Pinto (BONNICI, 2007). Também conhecida como Nísia Floresta, estudante europeia, escreveu em 1831 no jornal Espelho das Brasileiras, de Pernambuco sobre as condições vividas pela classe feminina no Brasil (CAMPOI, 2011; DUARTE, 2005).

A escritora, também em seu primeiro livro, intitulado como Direitos das mulheres e injustiça dos homens (tradução de *Vindications of the Rights of Woman de Mary Wollstonecraft*) de 1832 também tratou do direito das mulheres frente a

escolarização e ao trabalho, tendo como ênfase a busca por respeito e a exigência de ser considerada mulher e suficientemente inteligente. (CAMPOI, 2011; DUARTE, 2005). Esse posicionamento de Nísia nos faz refletir o quanto a mulher era diminuída pelo homem, que segundo Duarte (2005; 1998) somente por meio da educação as mulheres podem tomar consciência de sua condição inferiorizada e sair dessa fase de opressão (BONNICI, 2007).

Além de Floresta, é claro, tivemos no Brasil outras mulheres escolarizadas, escritoras e de destaque nesta época, como Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779-1860), Clarinda da Costa Siqueira (1818-1867), Delfina Benigna da Cunha (1791-1857) e Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-1863) (DUARTE, 2003; HART, 2017).

No entanto, entendemos que a marca crucial desta primeira onda feminista no Brasil é forjada pela escolarização feminina e movimentada principalmente por Nísia Floresta.

2.2 A 2ª Onda Feminista – 1870: escolarização e sonho eleitoral - séculos XIX e XX

Vimos que o principal objeto na primeira onda foi o início da escolarização feminina. Mesmo sabendo que a educação feminina brasileira estava aquém da europeia e da americana nos anos de 1870, a segunda onda feminista brasileira é dotada pela ampliação da educação da mulher e pela busca do direito ao voto. Showalter (1993) cita que nesta época (século XIX - 1870) a Europa e os Estados Unidos já possuíam mulheres escrevendo colunas de jornais e livros, bem como participando como editoras deste universo.

Por outro lado, percebemos um contexto diferente vinculado aos aspectos de aquisição de conhecimento, estudos, escolarização e educação formal para mulheres no Brasil (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2007). Marcado por vertentes de poder e de ideologia, a inserção da mulher no cenário social e educacional foi lenta. Havia discriminação, o posicionamento do homem perante a mulher prevalecia, formando uma conjuntura desproporcional e desumana, tratando-a como intelectualmente inferiores à classe masculina (CASTANHEIRA, 2010; MATOS, 2010).

Independente de todo esse jogo de poder, da opressão e supremacia masculina, a segunda onda se caracteriza principalmente pelo número de jornais e de revistas vinculados ao universo feminino, bem como editados em vários estados brasileiros (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2007; ANDRADE, 2019).

Podemos considerar, segundo Duarte (2005) e Sant'anna (2006) que as edições que traziam textos em forma de colunas de jornais, de contos, de peças de teatro, de poemas e de poesias, como também de escrituras em livros de literatura.

Tomamos como início, o Jornal Sexo Feminino, o qual publicou em suas três edições entre 1873 a 1896, coordenado por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, um total aproximado de nove mil exemplares (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2007; DUARTE, 2005). Além deste, outros jornais marcaram época, como o Echo das Damas, editado por Amélia Carolina da Silva Couto, que veiculou no Rio de Janeiro de 1875 a 1885, O Domingo e o Jornal das Damas, ambos em 1873 (DUARTE, 2005; ANDRADE, 2019).

Toda publicação, veiculação e apresentação era para protestar contra a exclusividade do homem e atender as demandas feministas, o que por sua vez enfrentava as tradições machistas. Segundo Duarte (2005), Castanheira (2010) e Sant'anna (2006) os enunciados referiam-se a vida doméstica, as novidades da moda, aos romances, aos relatos de educação de ensino superior, ao trabalho remunerado, a independência econômica, ao direito de votar e entre outros assuntos, sempre em busca de igualdades.

Todo esse esforço do movimento feminista nos anos de 1890 a 1900, trouxe como resultado a diplomação de inúmeras mulheres formadas em direito e medicina, sendo estas graduadas no Brasil ou no exterior. Apesar dessas conquistas importantes para época, ridicularização instituída pelos homens continuava. Contudo, a classe feminina começou a ganhar espaço, apesar de tímido, na sociedade de forma geral, originando assim, o início da terceira onda (DUARTE, 2005; ANDRADE, 2019).

Entendemos que a ação da mulher não estava arquitetada na voz ou no diálogo, mas sim, na escrita, onde apesar das consequências negativas que geravam frente a percepção masculina, podiam se expressar como cidadãs pensadoras, trabalhadoras, eleitoras, independentes e principalmente humanas (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2007).

Dessa forma percebemos que, o contexto da segunda onda tem como protagonista a editora Francisca Senhorinha da Mota Diniz e como os principais objetos, a ampliação e a concretização do direito a escolarização e o sonho pelo direito de voto.

2.3 A 3ª Onda Feminista – 1920: uma mulher em forma de cidadã - século XX

Na terceira onda feminista, a partir dos anos 1900 principalmente, percebemos a repercussão de um movimento diferente, inédito e audacioso, ao olhar masculino e machista. Nas primeira e segunda ondas vimos um movimento tímido e desorganizado. Agora, neste terceiro momento, as mulheres se tornavam mais organizadas e de forma mais enfática buscavam igualdade de cidadã de maneira integral (COSTA, 2005; MOTT, 2001). Inclusive, o foco da classe feminina estava no direito ao voto, no curso superior e na ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras ou donas de casa, mas também trabalhar no comércio, nas repartições públicas, nos hospitais e nas indústrias (COSTA, 2005; DUARTE, 2003).

No Brasil, entendemos que a terceira onda iniciou com a importação do termo *sufragetes* da Inglaterra, o qual formou um grupo de Brasileiras, por busca de igualdade, lideradas por Bertha Lutz (1894-1976) (PINTO, 2003; CORRÊA; PEDRO, 2017). Bióloga, cientista, estudou e se formou em Sorbonne, Paris (MOTT, 2001). Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que tinha como principal bandeira a busca pelo voto da mulher (PINTO, 2010; CAETANO, 2017).

Bertha se esforçou incansavelmente nos discursos, nas audiências com parlamentares, na publicação de textos em jornais e em revistas, como o publicado na Revista da Semana, em 1918, denunciando a opressão sofrida pelas mulheres (DUARTE, 2003). Sua luta por meio da comunicação escrita e verbal, gerou em 1927, um abaixo-assinado que chegou como Projeto de Lei ao senado brasileiro. Esse projeto não foi aprovado no mesmo ano, porém, depois de vários tropeços, sua investida alcançou

e trouxe a vitória em 1932 quando promulgado o Novo Código Eleitoral Brasileiro (PINTO, 2010; CAETANO, 2017; DUARTE, 2003).

A década de 1920 e 1930 para o movimento feminista brasileiro foram períodos que alavancaram esperança na busca pela igualdade (MOTT, 2001). No entanto, segundo Duarte (2003), todo esse esforço legal em busca de isonomia social, política e acadêmica originou resistência pela ala conservadora, machista e também, política do país.

Apesar do direito ao voto ter sido conquistado em 1932, os antifeministas do senado, da câmara dos deputados e da própria imprensa se uniram em uma campanha de ridicularização das mulheres e dos poucos homens que as apoiavam, conseguindo atrasar o processo da campanha pelo voto até 1932.

Com Getúlio Vargas no poder sabemos que o novo Código Eleitoral aprova e considera o direito de voto à mulher, nas mesmas condições que aos homens. Contudo, nos anos seguintes a 1932, as feministas levam um golpe, pois o presidente Vargas decide suspender as eleições de 1937 e as mulheres só vão exercer o direito conquistado na disputa eleitoral de 1945 (DUARTE, 2003; CASTANHEIRA, 2010).

Percebemos, portanto, nesse momento do feminismo, um significativo deslocamento de onde antes, buscava-se apenas estudar, agora (em 1945) conquistando seu espaço e o direito de exercer o papel de cidadã (DE BEAUVOIR, 2014; MARTINS, 2015).

Consequentemente, o opressor machista começa a perder força, não deixando a mulher exclusivamente como dona de casa, reprodutora de filhos e estritamente dependente do homem, mas sim como candidata e eleitora (MARTINS, 2015; CAETANO, 2017).

Portanto, vimos que o universo da terceira onda feminista brasileira fragilizando o poder excessivo do homem e sendo protagonizado inicialmente por Bertha Lutz e a conquista do direito ao voto.

2.4 A 4ª Onda Feminista – 1970: O empoderamento do feminismo - século XX

A década de 1970 foi o que consideramos o alicerce, a pedra fundamental para a ruptura entre os desejos dos homens para os desejos das mulheres. Entendemos dessa forma, pois a história nos mostra que a quarta onda feminista foi capaz de modificar radicalmente os costumes e colocar em prática as reivindicações mais ousadas pautadas pelas mulheres.

Mundialmente, algumas conquistas podem ser consideradas e atribuídas ao currículo feminino. O ano de 1975 torna-se Ano Internacional da Mulher, que preconizava literalmente eliminar a discriminação do homem perante esta classe (BARSTED, 2001; ZIRBEL, 1998; SARTI, 1998). O ganho em direitos feminino reflete em maior visibilidade nas áreas política, nas condições de trabalho e na literatura/academia (PINTO, 2003; CASTELLS, 2013). Além disso, Duarte (2003) ressalta que o dia 8 de março é declarado e consequentemente comemorado internacionalmente como o Dia Internacional da Mulher, por iniciativa da ONU. Este feito, homenageia a luta de 129 operárias têxteis mortas em uma greve realizada como

forma de protesto em Nova York, nos Estados Unidos em 1957 (TELES, 1993; SARTI, 1998).

Mas sabemos que essa luta por igualdade não foi fácil em vários aspectos. No meio político, segundo Caetano (2017) e Costa (2005) durante a ditadura militar as mulheres começaram a ocupar espaço nos partidos políticos e a disputar as eleições nas diversas instâncias do poder, porém, aconteceu de forma lenta. Contudo, na década de 1980 algumas conquistas políticas da classe foram aparecendo, prefeituras, governadores e senadoras. Ainda não satisfeitas, de acordo com Carvalho (2017) quando eleitas, se uniram de forma não partidária com 26 deputadas federais em prol de uma Constituição Federal.

Carvalho (2017) e Siqueira (2015) mencionam que na Assembleia Nacional Constituinte de 1987, muito diferente do que acontecera nas passadas ondas, a bancada feminina na câmara, também conhecida como “Lobby do Batom”, atuaram na defesa de seus direitos. O resultado do trabalho segundo Duarte (2003) foi incluído na Constituição Federal de 1988, que relatava a licença maternidade de 120 dias, direitos iguais à posse da terra, igualdade de direitos e de salários entre homem e mulher e garantia legal que proibisse a violência doméstica, e entre outras leis que alcançaram a dignidade e o pleno exercício da cidadania.

Nesse cenário, percebemos mudanças e evoluções nas relações políticas quase igualitárias entre homens e mulheres. Notamos que o maior volume entre candidatas a cargos públicos é preenchido por homens, apesar da maioria dos eleitores brasileiros serem mulheres (CARVALHO, 2017). Em contrapartida, vivenciamos que a força feminista já alavancou e se concretizou no pleito eleitoral de 2010 e de 2014 no mais alto escalão político do país, na presidência da república, sendo eleita e reeleita Dilma Vana Rousseff

No universo acadêmico, somente no final dos anos 1980 o contato com as obras desenvolvidas pelas mulheres tomou corpo e credibilidade (LETA, 2003; FERREIRA, 2018). Estudos acadêmicos em instituições de ensino, pesquisa e tecnologia começaram a realmente serem valorizados e publicados em revistas conceituadas nacional e internacionalmente (LETA, 2003; CASTANHEIRA, 2010). Protagonizamos neste contexto, Rose Marie Muraro, devido ao enfrentamento ao regime ditatorial da década de 1970, ao publicar vários livros (DUARTE, 2003).

Além de Muraro, destacamos a também ícone da academia, Nélida Piñon que nesta época revelou-se, com encorajamento sua posição contra a ditadura militar participando da redação do Manifesto dos 1000 contra a censura e a favor da democracia no Brasil. De acordo com Ferreira (2018) sua marca foi tão sólida neste movimento que Piñon se tornou a primeira mulher a tomar posse como presidente da Academia Brasileira de Letras. Inclusive, além de Piñon, outras personagens escritoras tomaram destaque na academia brasileira, Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Sônia Coutinho, Hilda Hilst, Helena Parente Cunha, Marina Colasanti, Lya Luft, entre outras (DUARTE, 2003).

No meio social, a partir de 1970, sabemos que as mulheres brasileiras continuaram lutando por direitos iguais. Diante desta causa, uniram-se contra a

discriminação do sexo, contra a censura, pela redemocratização do país, pela anistia, como também, por melhores condições de vida (DE BEAUVOIR, 2014). De acordo com Duarte (2003) e Costa (2005), a mulher angariava autonomia sobre seu corpo, sua vida, ao direito de ter prazer, bem como ao direito do aborto. Consideramos em Pinto (2003) e Sarti (1998) que outras vertentes sociais começam a fazer parte da vida feminina, como por exemplo, o planejamento familiar e o controle da natalidade, uma vez que se tornaram aspectos de políticas públicas. O poder de decisão em ter ou não filhos, também se torna real na vivência da mulher, ao ter o anticoncepcional como providência da não reprodução, trazendo a classe feminina a desvinculação entre sexo e maternidade, sexo e amor, sexo e compromisso (CASTELLS, 2013; DUARTE, 2003; SARTI, 1998).

Dessa forma percebemos que, o contexto da quarta onda apresenta vários protagonistas, porém, entendemos que a principal, chama-se Mulher, a qual destaca como objetos centrais, a isonomia social, política e acadêmica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS e a 5ª Onda Feminista Brasileira

A presente reflexão foi realizada com a finalidade de discutir as quatro Ondas Feministas Brasileiras que trouxeram conquistas às mulheres e quais impedimentos existem e que não permitem identificação igualitária, na atualidade, da mulher em relação ao homem.

Percebemos durante a contextualização do ensaio que as conquistas femininas foram construídas em degraus, fases ou ondas. Identificamos que havia inúmeros aspectos por parte da força patriarcal/machista que impediam a mulher brasileira de desfrutar os prazeres que a vida proporciona. Duarte (2005) inclusive destaca que antes mesmo da classe feminina entender a real força que tinha (e ainda tem) vivia normalmente enclausurada dentro de casa com seus afazeres domésticos e matrimoniais.

Contudo, algumas figuras, (como Nísia Floresta, por exemplo) de coragem e de certo atrevimento contestaram esse modo de vida, por meio de atitudes, e deram o primeiro passo sair desse status quo masculino. Esse primeiro passo, foi através da escolarização, rompendo a primeira barreira de domínio exclusivamente masculina. Consideramos o primeiro impedimento destruído e superado pela força feminina frente a supremacia do homem.

Outro divisor de águas movimentado por integrantes feministas foi a questão do voto, ou seja, do direito eleitoral. A partir de 1870 com o direito de estudar formalmente conquistado, apesar de poucas mulheres terem a oportunidade, o voto se tornou o objetivo da classe. Independente de inúmeros movimentos opositores por parte do homem em relação ao direito eleitoral feminino, as mulheres conseguiram quebrar este tabu definitivamente em 1945, integrando este fato ao rol de “títulos” feminista.

Mas antes disso, de maneira menos enfática, as mulheres tiveram algumas aparições políticas, como por exemplo, Joana Cacilda Bessa (1928), sendo a primeira vereadora eleita do Brasil; Luíza Alzira Soriano Teixeira, a primeira prefeita (1928); Carlota Pereira de Queirós, como a primeira deputada em 1934. Percebemos que

gradativamente, por meio de muita luta, as mulheres foram desimpedidas de atuar na área política, e lentamente, sinalizando igualdade (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

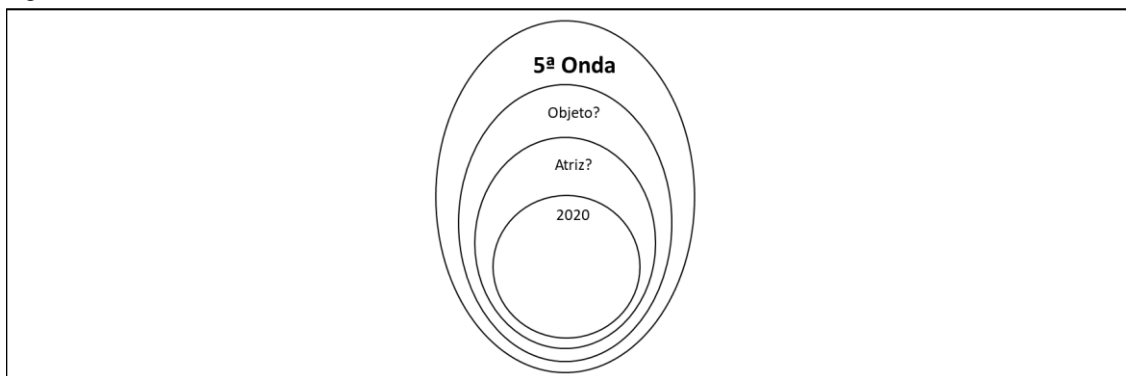
Destacamos em nossa investigação que até 1950 aproximadamente, as feministas amputaram do machismo a exclusividade eleitoral e educacional, obtendo um patamar mais elevado na busca por igualdade. No entanto, identificamos que a mulher não se colocou em zona de conforto por suas conquistas, pelo contrário, lutou incansavelmente por igualdade, principalmente em atividades profissionais e sociais. Segundo Castanheira (2010) e Duarte (2003) as reivindicações entre os anos 1960 e 1980 permeavam na escolha da profissão, no direito de ter prazer, no controle familiar e entre outros posicionamentos. Esse cenário, talvez aparente ser simplista ao entendimento de nossas colocações, mas para a época, apesar de ser mais uma barreira superada e conquistada pelas feministas, elas ainda sofriam retaliações masculina. Tudo isso nos faz notar, um impedimento não superado plenamente.

A partir da década de 1990 os desafios do feminismo entram em outra dimensão. Independente de tabus derrubados como o voto, educação/academia, profissão e etc., segundo Matos (2010) e Duarte (2003) a classe feminina sofre com algumas desigualdades. Se avaliarmos os pleitos eleitorais brasileiro, as mulheres são postas na maioria das vezes como uma espécie de cota, para atender diretrizes da justiça eleitoral; no ambiente profissional, em pleno século XXI ouvimos nos mais variados meios de comunicação, notícias sobre abusos sexuais sofridos pelas mulheres. Notamos que em todos os avanços e conquistas feministas apresentados, existem aparentes desigualdades na sociedade brasileira entre os sexos.

Com o objetivo de responder nossa pergunta de pesquisa, identificamos neste ensaio, que a mulher com todo seu rol de conquistas, ainda possui impedimentos clássicos na sociedade atual. Resumidamente, também percebemos que sua estrutura intelectual ainda sofre preconceito nas organizações; que é limitada em persuadir votos da sociedade em geral em pleitos eleitorais; que em muitos lares brasileiros é considerada como dona de casa, sendo submissa ao homem, principalmente nos afazeres domésticos.

No entanto, as feministas, vivendo em um mundo globalizado, onde as informações e as influências da cultura mundial circulam extremamente rápido, possuem espaço e justificativa suficiente para dar início a estudos sobre 5ª Onda Feminista Brasileira? Será? A Figura 2 apresenta a dúvida que pode ser abolida nos próximos anos, identificando a 5ª Onda Feminista como o próximo obstáculo a ser superado pela classe, partindo do ano de 2020. Mas nesse momento, quem será a atriz ou ator? Que contexto ou objeto tomará destaque?

Figura 2: O futuro da 5ª Onda Feminista Brasileira



Fonte: dos autores

As proposições de Duarte (2003) associadas às pesquisas referenciadas neste ensaio indicam a ‘dúvida’ frente a existência de uma próxima onda. Ressalta a autora que já existem defesas textuais que indicam um momento pós-feministas, não tratando o posicionamento feminista exclusivamente, como uma próxima fase ou onda. Nesse sentido de mudança de nomenclatura (Onda, Momento ou Movimento), Martins (2015) entende que a próxima Onda poderá estar representada por um feminismo reformulado, o qual irá considerar a heterogeneidade das relações sociais, pautadas pela mobilidade e variabilidade humana.

Matos (2010) cita as modificações para um universo transversal e interseccional de compreensão dos fenômenos de raça, gênero, sexualidade, classe e geração, sendo que estas alterações serão construídas em conjunto pelo Estado e pela sociedade civil. Entretanto, no Brasil a execução de políticas voltadas a esse contexto é tratada sem prioridade, dificultando a real prática do direito de igualdade.

Independente da dúvida em relação ao aparecimento da próxima onda feminista ou de sua modificação, vivemos outros e novos tempos, e de acordo com Duarte (2003) o movimento feminista atravessa uma necessária e importante época de amadurecimento.

Sabemos que a discussão apresentada neste ensaio certamente não esgota o debate acerca do posicionamento feminino na sociedade. Pelo contrário, entendemos que os campos sexo e gênero têm apresentado ainda mais força nos últimos anos. Toda luta percebida ao decorrer do tempo entre as Ondas Feministas Brasileiras representou acima de tudo um significado de vitória para as mulheres. Além disso, apontam novas oportunidades para ações inovadoras e estratégicas em benefício à classe feminina e pela igualdade social.

Entendemos que esta investigação teórica não apresenta ideias acabadas e nem conclusivas. A sua principal contribuição é adicionar novos elementos à discussão das ondas feministas brasileiras, bem como discutir sobre os impedimentos de igualdade enfrentados pela mulher, em relação ao homem, como uma real figura da sociedade. Portanto, novas pesquisas podem ser desenvolvidas, com o objetivo de aprofundar a discussão sobre a 5ª Onda Feminista e/ou suas modificações.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Brasiliense, 2017.
- ANDRADE, Gabriela Bernardes. A EMANCIPAÇÃO FEMININA NA IMPRENSA CARIOCA. **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 3, n. 6, p. 115-128, 2019.
- BARSTED, Leila L. Os direitos humanos na perspectiva de gênero. **COLÓQUIO DE DIREITOS HUMANOS, I. São Paulo, Brasil**, 2001.
- BONACCHI, Gabriela; GROPPI, Ângela. O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres. **São Paulo: UNESP**, 1995.
- BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. EDUEM, 2007.
- CAETANO, Ivone Ferreira. O Feminismo Brasileiro: Uma Análise a partir das Três Ondas do Movimento Feminista e a Perspectiva da Interseccionalidade. **Revista do Curso de Especialização em gênero e Direito da EMERJ**, 2017.
- CÂLAS, B.; SMIRCICH, L. Do Ponto de Vista da Mulher: Abordagens Feministas em Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C. e NORD, W.R. (org.). **Handbook de Estudos Organizacionais – Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. A história da Câmara dos Deputados. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 03 de jan. de 2020. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/a2republica.html>>. Acesso em: 03 de jan. de 2020.
- CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História**, v. 30, n. 2, p. 196-213, 2011.
- CASTANHEIRA, Cláudia. Escritoras brasileiras: percursos e percalços de uma árdua trajetória. **Cadernos da FaEL**. NIELM-Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Mulher na Literatura. Universidade Iguazu. Volume 3, nº. 8. Maio/Ago. 2010.
- CORRÊA, Rebecca; PEDRO, Joana Maria. SUFRÁGIO À BRASILEIRA: uma leitura Pós-Colonial do Feminismo no século XIX. **Caderno Espaço Feminino**, v. 29, n. 2, 2017.
- COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2005.
- DA SILVA, Jacicarla Souza. Panorama da crítica feminista: tendências e perspectivas. **Patrimônio e Memória**, v. 4, n. 1, p. 84-103, 2007.
- DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2014.
- CARVALHO, Liandra Lima. A influência do “Lobby do Batom” na construção da Constituição Federativa de 1988. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, v. 18, n. 44, p. 136-150, 2017.
- DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta: incompreensão em relação à sua genialidade. **Ciência & Trópico**, v. 26, n. 2, 1998.

- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.
- DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta: a primeira feminista do Brasil**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005.
- FERREIRA, Geniane Diamante. A representação da personagem feminina em "Azul Corvo", de Adriana Lisboa. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 18, n. 208, p. 32-40, 2018.
- HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 467-474, 2011.
- HART, Rosane. Invisibilidades e apagamentos: a (não) presença de mulheres escritoras nas antologias literárias didáticas. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, ISSN 2179-510X, 2017.
- JAGGAR, Alison M. **Feminist politics and human nature**. Rowman & Littlefield, 1983.
- LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003.
- MARTINS, Ana Paula Antunes. O Sujeito "nas ondas" do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Revista Café com Sociologia**, v. 4, n. 1, p. 231-245, 2015.
- MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.
- MAY, Tim; MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Artmed, 2004.
- MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 199-234, 2001.
- MUZART, Zahidé Lupinacci (org.) **Escritoras brasileiras do século XIX**. Antologia. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Mulheres/Edunisc, 1999.
- NASCIMENTO, Cecília Vieira do; OLIVEIRA, Bernardo J. O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher. **Cadernos Pagu**, n. 29, p. 429-457, 2007.
- PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo, Perseu Abramo, 2003.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 2010. p. 16.
- SANT'ANNA, Thiago. "Noites Abolicionistas": As mulheres encenam o Teatro e abusam do piano na Cidade de Goiás (1870-1888) DOI10. 5216/o. v6i1. 9314. **OPISIS**, v. 6, n. 1, p. 68-78, 2006.
- SARTI, Cynthia A. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: **XXI Congresso Internacional da LASA, Chicago**. 1998. p. 1-12.
- SILVA, Tauana Olívia Gomes; DE SOUSA FERREIRA, Gleidiane. E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, p. 1017-1033, 2017.
- SIQUEIRA, Camila Karla Barbosa. **As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro**. XXIV Congresso Nacional do CONPEDI, 2015. p. 334.

- SHOWALTER, Elaine. **Anarquia sexual: sexo e cultura no fim de siecle**. Rocco, 1993.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Uma breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- TONG, Rosemarie. **Feminist theory: A comprehensive Introduction**. Boulder, Colo, 1989.
- ZINANI, Cecil Jeanine Albert. **Crítica feminista**. BONNICI, Thomas. ZOLIN, Lúcia Osana (orgs.). **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**, v. 3, p. 217-242, 2009.
- ZIRBEL, Ilze. **A caminhada do Movimento Feminista Brasileiro: das sufragistas ao Ano Internacional da Mulher**. **IV Seminário Internacional de Iniciação Científica**, p. 10, 1998.